



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
ESTADO DE MINAS GERAIS

\*\*\*\*

**Proposta de Emenda Lei Orgânica do Município n. 087 / 2018.**

“Altera a redação do inciso XX do artigo 29, da Lei Orgânica Do Município de Araguari/MG, dispondo sobre as competências da Câmara Municipal.”

A Câmara Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais, aprova e a Mesa Diretora, promulga a seguinte Emenda à Lei Orgânica do Município:

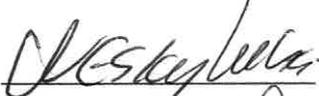
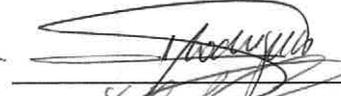
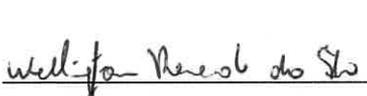
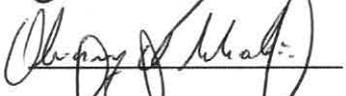
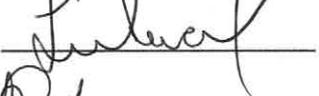
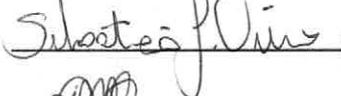
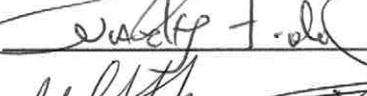
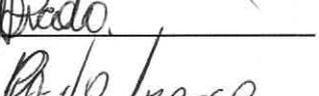
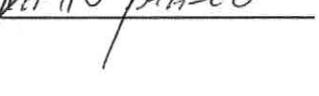
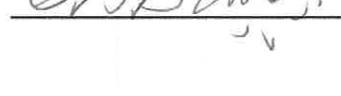
Art. 1º O inciso XX do artigo 29, da Lei Orgânica Do Município de Araguari, Estado de Minas Gerais de 21 de Abril de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 29 [...]

**XX** - Fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluindo os da Administração indireta, sendo garantido, inclusive, livre acesso e trânsito aos Vereadores, durante o horário de expediente, em todos os órgãos ou repartições do Município, podendo participar pessoalmente junto aos responsáveis no momento da diligência para fiscalizar, coletar ou copiar informações ou documentos de interesse público.”

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Câmara Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais, em 19 de Junho de 2018.

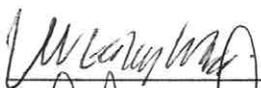
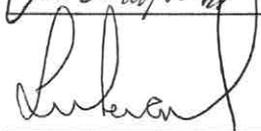
		
		
		
		
		

## JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal da República, em seu art. 31, estabelece que “a fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.”

Dessa forma, é função do vereador fiscalizar os atos do Poder Executivo e os da Administração Indireta, de forma que a proposta ora apresentada visa apenas garantir as formas de fiscalização junto aos órgãos da Administração Pública Municipal.

Importante ressaltar que a presente proposta não tem o intuito de passar por cima da autonomia dos poderes, uma vez que o proposto é apenas sobre o cumprimento de uma atividade inerente ao do Legislativo, a de fiscalizador.

		<u>_____</u>
		<u>_____</u>
<u>_____</u>	<u>_____</u>	<u>_____</u>
<u>_____</u>	<u>_____</u>	<u>_____</u>
<u>_____</u>	<u>_____</u>	<u>_____</u>